

AO PREGOEIRO

AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES / MT

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 129/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 77/2021

PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, CNPJ: 07.367.271/0001-29, Endereço: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, Nº 1.115, Sala, A Bairro Centro, CEP 78.200-00, Cáceres, Mato Grosso, fone: 65 3028-4200, e-mail: [priscila@meplicitacoes.com.br](mailto:priscila@meplicitacoes.com.br), através de seu proprietário o Sr. Pedro Batista Correia, CPF nº 631.117.051-53, vem apresentar **IMPUGNAÇÃO** frente ao edital já referenciado, pelos motivos de fato e direitos a seguir devidamente expostos:

## I - DA TEMPESTIVIDADE

### XIV - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

14.1. 14.1. Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, no prazo de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, dirigidas a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nobres, devendo ser protocolizadas no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, situada na Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres/MT, pelo correio ou via e-mail licitacao@nobres.mt.gov.br, no horário de 7:00h as 11:00hs e 13:00h às 17:00h, respeitando os prazos para interposição da impugnação.

**Data da sessão: 17/01/2022**

**Data máxima para impugnação: 11/01/2022**

Data da apresentação: 28/12/2021

Portanto, tem-se a apresenta peça como tempestiva, devendo ser recebida, analisada e julgada em conformidade com a legislação e os princípios constitucionais regentes da matéria.

## II - DOS FATOS

A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital. Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se com algumas omissões e irregularidades acerca das documentações exigidas, como exemplo:

### DA HABILITAÇÃO:

- 1- Não exigência de prova de registro ou inscrição da empresa no CREA, válido;
- 2- Não exigência de prova de registro ou inscrição do responsável técnico no CREA, válido;
- 3- Não exigência de comprovação da licitante que possui em sua equipe técnica profissional detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram realizados, fazendo-se acompanhar, da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT;

Tem-se o fato de que os itens 05 e 06 tratam-se de LOCAÇÃO DE TENDAS, onde por se tratar de um objeto com certa complexidade na sua execução, as empresas deverão demonstrar que detém conhecimentos técnicos e práticos para a execução do objeto. A presente exigência justifica-se na possibilidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados, além disso, aperfeiçoar a capacidade de atendimento com o desempenho necessário, visando adotar mecanismos que permitam elevar a segurança das operações realizadas

Essa necessidade se dá pelo fato de que se uma tenda não for de qualidade, não for montada dentro das normas, e em meio a um evento vier a quebrar, além de causar danos graves, poderá levar pessoas à morte.

Portanto, não há outro modo, se não o do instituto da IMPUGNAÇÃO, que pode ser utilizado para fins de alteração nas exigências técnicas do edital, onde com a inserção das mesmas o órgão **demonstrará responsabilidade com a segurança de seus eventos e da população.**

### III – DOS DIREITOS

Ora, na medida que ao analisar o edital em epígrafe observa-se que algumas omissões que atentam contra o princípio da legalidade, por esta razão, poderão haver interessados “aventureiros” neste Certame e conseqüentemente impedir que a Administração selecione e contrate a proposta mais vantajosa, é com o objetivo de garantir a eficácia e legalidade do certame que a licitante propõe alterações do instrumento convocatório.

#### A) INSERÇÃO DE PROVA DE REGISTRO OU INSCRIÇÃO DA EMPRESA E RESPONSÁVEL TÉCNICO NO CREA, VÁLIDO:

Toda empresa constituída no ramo de engenharia deve-se fazer o registro no CREA, e como o serviço de LOCAÇÃO DE TENDAS é uma atividade da engenharia mecânica, sendo, portanto, obrigatório o registro no CREA. Agora vejamos o que diz o artigo 59 da LEI Nº 5.194, DE 24 DEZ 1966:

Art. 59 - As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas **e empresas em geral**, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, **só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais**, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

§ 2º- As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista **que tenham atividade na engenharia**, na arquitetura ou na agronomia, **ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias. SÃO OBRIGADAS, sem qualquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente Lei.**

Inclusive a Lei nº 5.194/66 dispõe que somente podem participar em licitações profissionais e empresas que apresentem prova de quitação com o conselho competente:

Art. 69. **Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser executado.**

Cabe salientar que conforme NR-35, os trabalhos executados em altura EXIGEM a inscrição no CREA:

### NR-35 TRABALHO EM ALTURA

35.2.1 Cabe ao empregador:

- a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;
- b) assegurar a realização da Análise de Risco - AR e, quando aplicável, a emissão da Permissão de Trabalho - PT;
- c) desenvolver procedimento operacional para as atividades rotineiras de trabalho em altura;
- d) assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e das medidas complementares de segurança aplicáveis;
- e) **adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma pelas empresas contratadas;**
- f) garantir aos trabalhadores informações atualizadas sobre os riscos e as medidas de controle;
- g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;
- h) assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível;
- i) estabelecer uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;
- j) **assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela análise de riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;**
- k) assegurar a organização e o arquivamento da documentação prevista nesta Norma.

Deve-se levar em consideração também o com o inciso I, do art. 30, da Lei nº 8666/93:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

**I - registro ou inscrição na entidade profissional competente'**

É evidente que todas as empresas que atuam na área DEVEM possuir registro no CREA, ora que, o órgão pode está colocando toda a sociedade em risco no momento em que permite que qualquer empresa possa executar o serviço sem as segurança necessárias.

As exigências técnicas elencadas do edital devem ter o condão de afastar deste certame qualquer avaliação subjetiva da aptidão técnica da proponente, e, ao mesmo tempo, garantir uma contratação satisfatória do ponto de vista técnico e econômico, haja vista que a qualidade na prestação dos serviços são expectativas a serem atendidas pela futura contratada. Assim, o órgão licitante não pode se submeter a riscos de contratar empresas que, embora idôneas, não detenham a qualificação técnica exigida. A esse respeito, Marçal Justen Filho ensina:

“A determinação dos requisitos de qualificação técnica farse-á caso a caso, em face das circunstâncias e peculiaridades do interesse público. Caberá ao Administrador na fase interna (...) avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança, quanto à idoneidade dos licitantes.” (In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8a Ed., Dialética, p. 327).

Assim para que empresas irresponsáveis ou inexperientes, não possam colocar em risco a segurança necessária, faz se eficaz a inabilitação da empresa.

**B) INSERÇÃO DE COMPROVAÇÃO DA LICITANTE QUE POSSUI EM SUA EQUIPE TÉCNICA PROFISSIONAL DETENTOR DE ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

O edital também peca ao deixar de exigir comprovação de que a licitante possui em sua equipe técnica, **profissional detentor de atestado de responsabilidade técnica**, devidamente **registrado no CREA da região onde os serviços foram realizados**, fazendo-se acompanhar, da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo Conselho, que comprove ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, serviços de características semelhantes ao objeto licitado. Conforme lição de BLANCHET (1993):

“Esta condição diz respeito à capacidade da empresa (considerada em seu todo) para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação (nos termos da própria lei). Não se confunde, esta exigência, com a capacitação técnico-profissional, a qual se refere aos profissionais e não à empresa em seu conjunto”.

Assim, nada impede a Administração de exigir comprovação da “capacitação técnico-profissional”, juntamente com os documentos de habilitação, nos termos do § 1º do art. 30,

devendo a administração alertar-se para a não confluência da certificação de experiência da empresa com a do profissional responsável por determinada fase. O TCU aceitou essa prática no seguinte caso (BRASIL, TCU, 2006a):

“Nessa linha de raciocínio, considero que a exigência contida no subitem 9.8.4, alínea "c", do Edital do Pregão PR-GSG-5.2113 – **atestados técnicos ou currículo comprovando a atuação dos profissionais em atividades** de planejamento em, pelo menos, 2 (duas) empresas com mais de 1.000 (um mil) empregados (fls. 16 do anexo I e 43 do anexo II) – **não esbarra na vedação do art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993**, tendo em vista que a interpretação razoável desse dispositivo não alcança os quantitativos intrínsecos a cada contrato anteriormente executado, como no caso em exame, mas apenas a quantitativos referentes, entre outros, ao conjunto de experiências ou ao tempo de prática em cada uma delas, a exemplo do que ocorreria se a Eletronorte houvesse exigido das licitantes a comprovação de experiência mínima de dois anos no ramo de consultoria ou da execução de, pelo menos, dois contratos de consultoria em entidades cujas características, medidas em número de funcionários, faturamento anual, área de atuação etc, fossem semelhantes, em cada um desses entes, às encontradas na Eletronorte.(Grifo nosso)”

O órgão também pode solicitar que a empresa apresente declaração de contratação futura devidamente assinado pelo responsável legal e responsável técnico, acompanhado da certidão de regularidade do profissional no Conselho Profissional competente. Transcreve-se a seguir trechos do Acórdão 2.297/05 - PL, onde é abordado esse assunto:

Nesse sentido, segundo Altonian, é “válida a sugestão de que o edital estabeleça como condição para comprovação do vínculo: apresentação de cópia da carteira de trabalho do profissional que comprove a condição de que pertence ao quadro da licitante, de contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional **ou, ainda, da declaração de contratação futura do profissional responsável, acompanhada da anuência deste.**”

Além dessa restrição, o edital apena o licitante no julgamento técnico quando o profissional avaliado não for do quadro permanente da proponente (item 6.2.6.5, folha 42). Vê-se que tal punição é desnecessária e não encontra respaldo na Lei 8.666/93 e muito menos na jurisprudência do TCU.

Portanto, os termos do edital, no que se refere à qualificação técnica, não se coadunam com o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93 e contribuíram também para restringir a competitividade da licitação.

Acórdão 1417/2008 Plenário (Relatório do Ministro Relator)

As exigências técnicas elencadas do edital devem ter o condão de afastar deste certame qualquer avaliação subjetiva da aptidão técnica da proponente e, ao mesmo tempo, garantir uma contratação satisfatória do ponto de vista técnico e econômico. Assim, o órgão licitante não pode se submeter a riscos de contratar empresas que, embora idôneas, não detenham a qualificação técnica exigida. A esse respeito, Marçal Justen Filho ensina:

“A determinação dos requisitos de qualificação técnica far-se-á caso a caso, em face das circunstâncias e peculiaridades do interesse público. Caberá ao Administrador na fase interna (...), avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança, quanto à idoneidade dos licitantes.” (In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8a Ed., Dialética, p. 327).

É importante entender que, mais do que uma exigência legal, a manutenção de um Responsável Técnico é uma garantia, que a empresa dá à sociedade, de que seus produtos ou serviços estão sendo produzidos/executados sob supervisão de um profissional habilitado.

#### IV- DOS PEDIDOS

Diante dos fatos narrados, pede-se a PROCEDÊNCIA TOTAL desta petição de impugnação, onde seja inserido no edital a exigência de:

- Certidão válida de registro no CREA da empresa licitante.
- Certidão válida de registro no CREA do responsável técnico.
- Comprovação de vínculo entre a empresa e o responsável técnico.
- Atestado de capacidade técnica registrado no CREA.

Nestes Termos

P. Deferimento

Cuiabá, 28 de dezembro de 2021



PEDRO BATISTA CORREIA  
CPF: 631.117.051-53

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DE REGISTRO  
 CARTÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MT

VALIDAR EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
 1565973137

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 1565973137

NOME: PEDRO BATISTA CORREIA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 965425 - BPF - MT

CPF: 631.117.051-53 DATA NASCIMENTO: 14/01/1978

FILIAÇÃO: SEBASTIAO DE SOUZA CORREIA CREUSA BATISTA CORREIA

SEXO: M CAT. HAB: AII

Nº REGISTRO: 90221441170 VALIDADE: 15/04/2023 HABILITAÇÃO: 25/09/1997

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: CACERES, MT DATA EMISSÃO: 17/04/2019

ASSINATURA DO EMISSOR

13541355596  
 MT934181915

MATO GROSSO

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
 Bel. Marília Freire de Campos Fontes  
 TABELIÃ

Cartório do 1º Ofício de Registro e Tabelião de Caceres - MATO GROSSO

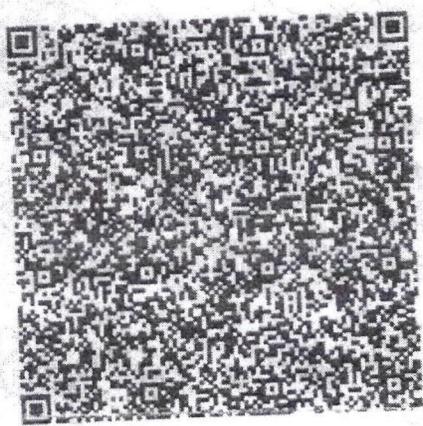
1º Tabelião e Oficial: Bel. Marília Freire de Campos Fontes  
 Praça Barbosa Ribeiro, nº 250 - Centro - Caceres - MT - Fone: (55) 3373-0000  
 E-mail: cartolo1@toraj.com.br - CEP: 15.020-126/0001-03

Autentico a presente cópia por ser fiel reprodução do documento original que me foi apresentado e com o qual confere. Dou fe. Cáceres-MT, 24 de Agosto de 2021

SUELLEN CRISTINE DA CRUZ - ESCRIVENTE AUTORIZADA  
 BPS49843 Valor: R\$3.30,5% do ISSQN: R\$ 0,17  
 Serventia: 037. Qod. do ato 06  
 consulte: www.tj.mt.gov.br/selos

Selo de Controle Digital  
 Poder Judiciário - 4-11  
 Código de Serventia 31

Suellen C. da Cruz  
 Escrevente Juramentada





Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MTP2100138282

Nº DE VIAS    CÓDIGO DO ATO    CÓDIGO DO EVENTO    QTDE    DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	090			CONTRATO
		046	1	TRANSFORMACAO
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

CACERES

Local

23 Agosto 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201864977 em 24/08/2021 da Empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, CNPJ 07367271000129 e protocolo 211125610 - 23/08/2021. Autenticação: B5ED2144FCBBF67BFD76DBF484BA36E997DF1. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/112.561-0 e o código de segurança tCRD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETARIO GERAL

pág. 1/12



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/112.561-0	MTP2100138282	23/08/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
631.117.051-53	PEDRO BATISTA CORREIA	23/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201864977 em 24/08/2021 da Empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, CNPJ 07367271000129 e protocolo 211125610 - 23/08/2021. Autenticação: B5ED2144FCBBF67BFD76DBF484BA36E997DF1. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/112.561-0 e o código de segurança tCRD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

  
JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 2/12

**ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA  
LIMITADA  
PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA**

**PEDRO BATISTA CORREIA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade Registro Geral N° 965.425 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, e do Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, sob n° 631.117.051-53, filho do Sr. Sebastião de Souza Correia e Dona Creusa Batista Correia, nascido em 14/01/1978 na cidade de Tupi Paulista – SP, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro, S/N, Bairro Centro, na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso, CEP. 78.200-000, na qualidade sócio da empresa **PEDRO BATISTA CORREIA EIRELI**, com sede na Cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso, na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, N° 1.115, Sala A, Bairro Centro, CEP 78.200-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 07.367.271/0001-29, com seu Contrato Social arquivado na JUNTA COMERCIAL do Estado de Mato Grosso sob n° 51600157379 em 28/03/2018, resolve transforma sua natureza jurídica de **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**, para **SOCIEDADE LIMITADA**, qual se regerá, doravante, pelo presente **ATO CONSTITUTIVO**., fazendo uso do que permite o § 3° do art. 968 da Lei 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar N° 128/2008, ora transforma seu registro de **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI** em **SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**, passando a constituir o tipo jurídico **SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**, a qual se regerá, doravante, pelo presente **CONTRATO SOCIAL** ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios.

**DO NOME EMPRESARIAL, DA FANTASIA, DO ENDEREÇO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Fica transformada a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI em Sociedade Empresaria Limitada, passando a denominação social a ser “**PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA**” com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

**CLAUSULA SEGUNDA:** A sociedade passa a ter fantasia de **PEDRO CORREIA PRODUcoes Comercio**.

**CLAUSULA TERCEIRA:** A sociedade passa ter sede à Rua Marechal Deodoro, N° 1.130, Bairro Centro, Cáceres-MT, CEP: 78.210-130

**DO ENDEREÇO SOCIO E ESTADO CIVIL**

**CLAUSULA TERCEIRA:** O sócio **PEDRO BATISTA CORREIA** passa a ter seu endereço na Rua Marechal Deodoro, N° 1.130, Bairro Centro, Cáceres-MT, CEP: 78.210-130.

**CLAUSULA QUARTA:** O sócio **PEDRO BATISTA CORREIA** altera seu estado civil para casado sob regime de comunhão universal de bens.

**DO CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA QUINTA:** O capital social que é de R\$ 95.400,00 (Noventa e Cinco Mil e Quatrocentos Reais), divididos em 9.540 (Nove Mil Quinhentos Quarenta) quotas de R\$ 10,00 (Dez Reais) cada uma, **fica alterado** para R\$ 195.400,00 (Cento Noventa e Cinco

1



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o n° 51201864977 em 24/08/2021 da Empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, CNPJ 07367271000129 e protocolo 211125610 - 23/08/2021. Autenticação: B5ED2144FCBBF67BFD76DBF484BA38E997DF1. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe n° do protocolo 21/112.561-0 e o código de segurança tCRD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 3/12

**ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA  
LIMITADA  
PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA**

Mil e Quatrocentos Reais), sendo o aumento de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), cuja aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato com reserva de lucros acumulados, pelos sócio.

**CLÁUSULA SEXTA:** O acervo desta sociedade, no valor de R\$ 195.400,00 (Cento Noventa Cinco Mil e Quatrocentos Reais), passa a constituir o capital da Sociedade Limitada.

**DO OBJETO SOCIAL**

**CLÁUSULA SETIMA:** A sociedade passa a ter o seguinte objeto:

LOCACÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM E VIDEO PROFISSIONAL;  
LOCACÃO DE PALCOS E TENDAS, BANHEIROS QUIMICOS;  
PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E QUEIMA DE FOCOS DE ARTIFICIOS;  
PRODUCAO MUSICAL;  
MARKETING DIRETO;  
ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ATIVIDADES DE PUBLICIDADE, ESTACIONAMENTO DE VEICULOS;  
SERVICOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS, FILMAGEM DE FESTA E EVENTOS;  
MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E ESTRUTURAS TEMPORARIAS;  
ALUGUEL DE MOVEIS E UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO E PESSOAL;  
ATIVIDADES DE GRAVACÃO DE SOM E DE EDIÇÃO DE MUSICA, GRAVACÃO DE SOM & EDIÇÃO DE MUSICA;  
LOCACÃO MEIOS DE TRANSPORTE;  
PRODUÇÃO DE FILMES PARA PUBLICIDADE;  
ATIVIDADE DE VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA;  
ATIVIDADES DE AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTISTICAS;  
COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUÁRIO: PARTES E PEÇAS;  
COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO;  
COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS;  
COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS E FOTOGRÁFICOS E PARA FILMAGEM;  
COMÉRCIO ATACADISTA DE SEMENTES, FLORES E PLANTAS;  
COMÉRCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO;  
COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES;

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL  
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**

**PEDRO BATISTA CORREIA**, brasileiro, casado sob regime de comunhão universal de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade Registro Geral Nº 965.425 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, e do Cadastro

2



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201864977 em 24/08/2021 da Empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, CNPJ 07367271000129 e protocolo 211125610 - 23/08/2021. Autenticação: B5ED2144FCBBF67BFD76DBF484BA36E997DF1. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/112.561-0 e o código de segurança tCRD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 4/12

**ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA  
LIMITADA  
PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA**

de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, sob nº 631.117.051-53, filho do Sr. Sebastião de Souza Correia e Dona Creusa Batista Correia, nascido em 14/01/1978 na cidade de Tupi Paulista – SP, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro, Nº 1.130, Bairro Centro, Cáceres-MT, CEP: 78.210-130.

**DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A sociedade gira sob o nome empresarial “**PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA**”.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A sociedade tem sede: Rua Marechal Deodoro, Nº 1.130, Bairro Centro, Cáceres-MT, CEP: 78.210-130.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/2002.

**DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO**

**CLÁUSULA QUARTA.** A sociedade tem por objeto social:

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM E VIDEO PROFISSIONAL;  
LOCAÇÃO DE PALCOS E TENDAS, BANHEIROS QUIMICOS;  
PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E QUEIMA DE FOCOS DE ARTIFICIOS;  
PRODUCAO MUSICAL;  
MARKETING DIRETO;  
ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ATIVIDADES DE PUBLICIDADE, ESTACIONAMENTO DE VEICULOS;  
SERVICOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS, FILMAGEM DE FESTA E EVENTOS;  
MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E ESTRUTURAS TEMPORARIAS;  
ALUGUEL DE MOVEIS E UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO E PESSOAL;  
ATIVIDADES DE GRAVAÇÃO DE SOM E DE EDIÇÃO DE MUSICA, GRAVAÇÃO DE SOM & EDIÇÃO DE MUSICA;  
LOCAÇÃO MEIOS DE TRANSPORTE;  
PRODUÇÃO DE FILMES PARA PUBLICIDADE;  
ATIVIDADE DE VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA;  
ATIVIDADES DE AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTISTICAS;  
COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUÁRIO: PARTES E PEÇAS;  
COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO;  
COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS;  
COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS E FOTOGRÁFICOS E PARA FILMAGEM;

3



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201864977 em 24/08/2021 da Empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, CNPJ 07367271000129 e protocolo 211125610 - 23/08/2021. Autenticação: B5ED2144FCBBF67BFD76DBF484BA38E997DF1. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/112.561-0 e o código de segurança tCRD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 5/12

**ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA  
LIMITADA  
PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA**

COMÉRCIO ATACADISTA DE SEMENTES, FLORES E PLANTAS;  
COMÉRCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS,  
FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO;  
COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES;

**CLÁUSULA QUINTA.** A sociedade iniciou as atividades em 07 de Maio de 2005 e seu prazo de duração é indeterminado.

**DO CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA SEXTA.** O capital social no valor de R\$ 195.400,00 (Vinte Cinco Mil Reais), dividido em 19.540 (Dezenove Mil Quinhentos Quarentas), quotas no valor unitário de R\$ 10,00 (Dez Reais), já totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, e distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Quota	Valor
<b>PEDRO BATISTA CORREIA</b>	<b>19.540</b>	<b>RS 195.400,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>19.540</b>	<b>RS 195.400,00</b>

**CLÁUSULA SETIMA.** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, 1057. CC/2002).

**CLÁUSULA OITAVA.** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art.1.052. CC/2002).

**DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE**

**CLÁUSULA NONA.** A administração da sociedade caberá isoladamente a sócia **PEDRO BATISTA CORREIA**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios (arts. 997, VI; 1.013, 1.015, 1.064, CC/2002).

**Parágrafo único.** No exercício da administração, os administradores terão direito a uma retirada mensal a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

**DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA.** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo

4



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201864977 em 24/08/2021 da Empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, CNPJ 07367271000129 e protocolo 211125610 - 23/08/2021. Autenticação: B5ED2144FCBBF67BFD76DBF484BA36E997DF1. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/112.561-0 e o código de segurança tCRD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 6/12

**ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA  
LIMITADA  
PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA**

à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002).

§ 1º Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

§ 2º A distribuição dos lucros poderá não obedecer a participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

**DO FALECIMENTO DE SÓCIO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo único.** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002).

**DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

**DOS CASOS OMISSOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

**DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** Fica eleito o foro de Cáceres/MT; para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento.



**ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA  
LIMITADA  
PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA**

Cáceres, 19 de Agosto de 2021.

---

**PEDRO BATISTA CORREIA**  
CPF: 631.117.051-53

6



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201864977 em 24/08/2021 da Empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, CNPJ 07367271000129 e protocolo 211125610 - 23/08/2021. Autenticação: B5ED2144FCBBF67BFD76DBF484BA36E997DF1. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/112.561-0 e o código de segurança tCRD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

  
JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 8/12



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/112.561-0	MTP2100138282	23/08/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
631.117.051-53	PEDRO BATISTA CORREIA	23/08/2021

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br  ITI   
Selo Ouro - Certificado Digital

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201864977 em 24/08/2021 da Empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, CNPJ 07367271000129 e protocolo 211125610 - 23/08/2021. Autenticação: B5ED2144FCBBF67BFD76DBF484BA36E997DF1. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/112.561-0 e o código de segurança tCRD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

  
JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL  
REGISTRO DIGITAL

Eu, PEDRO BATISTA CORREIA, BRASILEIRA, CASADO, EMPRESARIO, DATA DE NASCIMENTO 14/01/1978, RG N° 965.425 SSP-MT, CPF 631.117.051-53, RUA MARECHAL DEODORO, N° 1130, BAIRRO CENTRO, CEP 78210-130, CACERES - MT, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Caceres, 23 de agosto de 2021.

---

PEDRO BATISTA CORREIA

Assinado digitalmente por certificação A3

 Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201864977 em 24/08/2021 da Empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, CNPJ 07367271000129 e protocolo 211125610 - 23/08/2021. Autenticação: B5ED2144FCBBF67BFD76DBF484BA36E997DF1. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/112.561-0 e o código de segurança tCRD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

  
JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 10/12



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, de CNPJ 07.367.271/0001-29 e protocolado sob o número 21/112.561-0 em 23/08/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 51201864977, em 24/08/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Rosiane Auxiliadora Moraes Teixeira.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
631.117.051-53	PEDRO BATISTA CORREIA	23/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

### Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
631.117.051-53	PEDRO BATISTA CORREIA	23/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

### Declaração Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
631.117.051-53	PEDRO BATISTA CORREIA	23/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 19/08/2021



Documento assinado eletronicamente por Rosiane Auxiliadora Moraes Teixeira, Servidor(a) Público(a), em 24/08/2021, às 08:32.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemat](http://www.jucemat.mt.gov.br/) informando o número do protocolo 21/112.561-0.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Cuiabá, terça-feira, 24 de agosto de 2021



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201864977 em 24/08/2021 da Empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, CNPJ 07367271000129 e protocolo 211125610 - 23/08/2021. Autenticação: B5ED2144FCBBF67BFD76DBF484BA36E997DF1. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/112.561-0 e o código de segurança tCRD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

  
JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 12/12